

Colonialidade do Ser e Saber: Geopolítica do Conhecimento e Análise do Sistema ONU

Kimberly Victória Pertile¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apresentar a decolonialidade epistêmica a partir do conceito de colonialidade do ser e do saber através das premissas de pensadores latino-americanos. Apoiado no binômio modernidade-colonialidade, em que a ideia de modernidade está relacionada com a subjugação epistêmica, abordaremos o conceito de geopolítica do conhecimento. Assim, será dada ênfase na influência que as linguagens podem exercer na construção do ser e do conhecimento. Ainda, a corrente teórica pós-colonial é utilizada para uma análise do sistema das Nações Unidas (ONU), em que suas línguas oficiais e de trabalho moldam e beneficiam os países que detêm o domínio delas. Por isso, torna-se necessário a decolonização epistêmica através da resignificação do dito – conceito de *delinking*.

Palavras-chave: Modernidade. Colonialidade. Decolonialidade Epistêmica. Nações Unidas. *Delinking*.

¹ Graduanda em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: kimberlypertile@gmail.com.

1 Introdução

Neste artigo abordaremos o marco teórico da decolonialidade, mais especificamente sobre a questão da colonialidade do ser e do saber, a partir de uma perspectiva crítica de autores latino-americanos. Assim, a decolonialidade tem por objetivo uma emancipação em relação aos ideais colonialistas da subjetividade através da formação de um novo pensamento com saberes locais (MIGNOLO, 2010).

Sob um contexto onde os ideais do neoliberalismo, modernidade e modernização são caracterizados como o caminho para a felicidade, qualquer proposição diferente dessa forma organizacional social e econômica gera violência direta e indireta. Deste modo, o discurso da modernidade universal reforça a reprodução da colonialidade, isto é, compreende-se a conexão entre a modernidade e o colonialismo/imperialismo (MIGNOLO, 2010). Por isso, a retórica opressiva da modernidade gera uma energia de descontentamento nos indivíduos que reagem frente à violência imperial, na medida que tal energia é transformada em projetos decoloniais (MIGNOLO, 2007a, 2007b).

Nesse sentido, torna-se necessário descolonizar os nossos conhecimentos e seres, pois estes estão influenciados pela lógica colonial de dominação. Nessa visão, a partir da metade dos anos 70, essa colonialidade do ser e do saber, como forma de colonização, é combatida por meio da reconstrução das histórias apagadas, subjetividades suprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados devido à premissa totalizante da modernidade e racionalidade (MIGNOLO, 2010).

Para uma melhor compreensão do assunto a ser tratado, será exposto a diferença entre colonialidade e colonialismo e, assim, as suas influências na conformação da modernidade para o desenvolvimento do elo colonialidade-modernidade. Com esse vínculo estabelecido, apresentaremos a colonialidade do ser e do saber, ressaltando a geopolítica do conhecimento, analisada sob a perspectiva linguística. A linguagem como instrumento de poder, beneficiando principalmente as regiões centrais, é exemplificada neste artigo através das Nações Unidas (ONU).

A partir da teoria pós-colonial, analisaremos a defesa do discurso do suposto multilinguismo por parte da ONU a fim de evitar que determinadas culturas/línguas sejam consideradas superiores a outras. Contudo, na prática, a organização

detém línguas oficiais (inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe) e línguas de trabalho (inglês e francês), que organizam a produção do conhecimento, proporcionam vantagens comunicativas e conformam um processo de padronização dos seres e saberes dos países colonizados através dos países colonizadores.

Na ONU, as línguas oficiais e de trabalho, sendo estas línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental, impõem os saberes e moldam os seres externos às potências colonizadoras – adotando somente o conhecimento imperial epistêmico e rejeitando as racionalidades perigosas ou estranhas. Nesse sentido, mencionaremos a decolonização epistêmica, a qual pretende reconhecer a colonialidade e formar novas epistemologias conformando uma resignificação, releitura e atualização do dito – este representando o conceito de *delinking* de Walter Mignolo (MIGNOLO, 2007a).

2 Relação entre Modernidade e Colonialidade

Apresentaremos o pensamento decolonial a partir da relação modernidade-colonialismo-colonialidade (MIGNOLO, 2010). Portanto, entende-se que há conexão entre a modernidade e a experiência colonial, e negações e repúdios a todas as outras formas de racionalidades diversas às coloniais/imperiais, conformando a subjugação epistêmica, econômica, política e legal nos países colonizados (MIGNOLO, 2004).

Por mais que num primeiro contato com os termos colonialismo e colonialidade possa parecer que os dois se refiram ao mesmo processo, existem diferenças. Nelson Maldonado-Torres explica que

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui a tal nação em um império. Distinta desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131, tradução nossa).²

2 No original: Colonialismo denota una relación política y económica, en la cual la soberanía de un pueblo reside en el poder de otro pueblo o nación, lo que constituye a tal nación en un imperio. Distinto de esta idea, la colonialidad se refiere a un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que

Logo, o colonialismo possibilita à lógica colonial continuar exercendo sua influência mesmo após o processo colonial. Portanto, mesmo territórios livres continuaram sendo diretamente influenciados pela lógica que foi estabelecida enquanto colônia, pois conforme Mignolo “[...] o colonialismo não se define [...] senão [...] pela lógica de colonialidade que o fez possível e deu-o e dá suas formas de existência ainda hoje” (MIGNOLO, 2006a, p. 15, tradução nossa).³

Conforme Mignolo (2010), decolonialidade refere-se a uma emancipação em relação aos mecanismos de dominação, a qual questiona a manutenção dos ideais colonialistas da epistemologia e forma um pensamento inovador que prevalece os conhecimentos locais. Assim, ao abordar a decolonialidade epistêmica, o autor identifica cinco tipos de colonialidade do poder: o controle da economia; o controle da autoridade; o controle do gênero e da sexualidade; controle da subjetividade e do conhecimento; e o último, acrescentado por Edgardo Lander, controle da natureza e recursos naturais (MIGNOLO, 2010). O controle da economia seria o modo como as relações econômicas ocorrem e são desenvolvidas; o controle da autoridade refere-se à política e à maneira como o governo age; e o controle dos recursos naturais está relacionado com a forma pela qual estes são administrados. Estas três áreas continuaram obedecendo à lógica do período colonial, estabelecida para explorar os recursos e, consequentemente, beneficiar o colonizador (MIGNOLO, 2010).

A colonialidade do gênero e da sexualidade está ligada, dentre outros fatores, ao controle do sentir do corpo e das significações sobre ele, como também aos papéis sociais entre os gêneros; e o controle da subjetividade e do conhecimento está relacionado à forma de percepção da realidade, e em como ocorre a construção do conhecimento e se instituem padrões estéticos. Assim, de qualquer maneira, todas estas formas de colonialidade estão interligadas, pois a lógica da colonialidade do poder se baseia nos pilares da hermenêutica, a forma como se entende ou compreende, da epistemologia, como maneira de conhecer, e da *aesthesis*, o modo de sentir (MIGNOLO, 2010).

en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, pues, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo.

3 No original: “[...] el colonialismo se define [...] si no [...] por la lógica de la colonialidad que lo hizo posible y le dio y da sus formas de existencia todavía hoy.

Desse modo, a necessidade de se compreender que a colonialidade do ser e do saber existe e que deve ser entendida, exposta e combatida surge a partir de meados dos anos 70, quando se manifestam as primeiras ideias de que esta era também uma forma de colonização. Entretanto, para que a colonialidade do ser e do saber possa ser analisada, é necessário compreender que esta não é um processo isolado, mas que está interligada a outros, como colonialismo e modernidade. Assim, a colonialidade não é facilmente assumida como um processo real porque a afirmação da sua existência significa reconhecer uma face oculta da modernidade e do colonialismo (MIGNOLO, 2010).

Neste processo de assumir a colonialidade como parte da modernidade, faz-se necessário entender o contexto em que a modernidade se desenvolve. O autor argentino Enrique Dussel considera dois conceitos para o processo, “o primeiro deles é eurocêntrico, provinciano, regional. A modernidade é uma emancipação, uma saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano” (DUSSEL, 2005, p. 27). Portanto, a modernidade é vista como “eurocêntrica” porque está ligada diretamente a fenômenos como a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa, que surgiram e se desenvolveram dentro da Europa. Posteriormente, seriam argumentos como este que levariam ao discurso de que a modernidade deveria libertar todos os seres humanos de sua ingenuidade para que pudessem se desenvolver de forma plena (DUSSEL, 2005).

O segundo conceito apresentado pelo autor aborda o conceito de modernidade que, aplicado “num sentido mundial, consistiria em definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser [...] centro da História Mundial” (DUSSEL, 2005, p. 27). Deste modo, Dussel (2005) argumenta que a noção de uma história verdadeiramente mundial só ocorre a partir da formação de um Sistema-mundo, com a incorporação do Oriente e da América hispânica em 1492. Assim, o autor considera que a primeira nação moderna é a Espanha, pois ela inaugura o mercantilismo, e posteriormente, a partir da Revolução Industrial, a Inglaterra assume o posto de principal nação moderna. Isso ocorre porque estas duas nações foram o ponto de partida para processos que impactaram o mundo e o modo como ele se organizava (DUSSEL, 2005).

Já Anthony Giddens⁴ entende que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11). Esta abordagem também seria mencionada posteriormente por Walter Mignolo em seu livro *Desobediência Epistêmica* (2010). Isto posto, por mais que as datas consideradas pelos autores para o surgimento da modernidade sejam diferentes, a modernidade é sempre abordada como um processo originado na Europa e que se expandiu influenciando o mundo ocidental. Por isso, para Giddens (1991), a modernidade transformou os lugares (ambiente geográfico onde ocorrem as atividades sociais) e terminou com a relação espaço-tempo, fazendo com que sociedades situadas distantes pudessem influenciar em uma em específico. Desse modo, a modernidade gera a globalização, em que as “outras culturas são esmagadas”, reforçando a exclusão dos “outros” (GIDDENS, 1991).

Desta maneira, de acordo com Mignolo (2006a, p. 16, tradução nossa)⁵, a partir da conexão dos impérios ocidentais, capitalistas e cristãos (protestantes e católicos), constituída pela expansão marítima nos cinco séculos do Atlântico, com a premissa de modernidade, “a colonialidade aparece como o lado mais escuro e invisível dela”. Nelson Maldonado-Torres (2006), ao discorrer sobre o assunto, analisa a dificuldade de relacionar os conceitos da modernidade à localização geopolítica, à conexão colonial/imperial. Isso, para o autor, deve-se ao fato de que o discurso da modernidade “encobre” a colonialidade, omitindo, portanto, a conexão entre modernidade e a Europa (MALDONADO-TORRES, 2006).

À primeira vista, parece haver um desajuste entre o tema da modernidade e a relação imperial/colonial. Um conceito se refere ao tempo (o moderno) enquanto o outro faz referência ao espaço (expansionismo e controle das terras). Parecia que a modernidade estaria envolvida na colonização europeia do tempo, isto é, na criação das etapas na história que conduziram ao advento da modernidade na terra europeia. No entanto, os vínculos entre a modernidade e a Europa nos discursos dominantes da modernidade não podem não referir-se a localização geopolítica. O que faz o conceito da modernidade é esconder engenhosamente o significado da espacialidade para a produção deste discurso. Por este motivo, aqueles que adotaram um discurso da modernidade tendem muitas vezes a adotar uma perspectiva universal que se desfaça do significado da localização geopolítica. Escapar

⁴ Destacamos que o autor Anthony Giddens não faz parte do marco teórico decolonial, apesar de ser citado por Walter Mignolo (2010).

⁵ No original: [...] la colonialidad aparece como el lado más oscuro e invisible de ella.

do legado da colonização e da dependência são fornecidos para muitos pela modernidade, como se a modernidade como tal não tinha sido intrinsecamente ligada à experiência colonial (MALDONADO-TORRES, 2006, p. 85-86, tradução nossa).⁶

Consoante com Mignolo e Maldonado-Torres, a colonialidade compõe a modernidade. Em outras palavras, Mignolo (2010) afirma que há uma mútua dependência da relação modernidade-colonialidade, dando ênfase, principalmente, no que tange a colonialidade como ferramenta essencial para a existência da modernidade. O autor esclarece: “Se a colonialidade é constitutiva da modernidade, no sentido de que não pode haver modernidade sem colonialidade, então a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade são também duas caras da mesma moeda” (MIGNOLO, 2010, p. 46, tradução nossa).⁷

Nesse sentido, a modernidade/colonialidade, para Mignolo (2004), constituiu-se através de uma dupla história. A primeira é um período de autoafirmação por meio dos “sucessos intelectuais e científicos” – discurso para o progresso da humanidade. Não obstante, a outra parte é formada por “uma história de negações e repúdios de todas as outras formas de racionalidade” – estágio esse que forma a época “silenciada da colonialidade europeia”. Por isso, o “duplo discurso da modernidade” orienta-se para o avanço dos homens mediante a “subjugação (primeiro epistêmica, depois econômica, política e legal)” (MIGNOLO, 2004, p. 680).

Assim, segundo Mignolo (2004, p. 704) a “modernidade (ciência, democracia, civilização, liberdade, capitalismo, etc.)” e sua associação à “colonialidade (mito, folclore, despotismo, ignorância, pré-capitalismo, subdesenvolvimento, etc.)” definirá as “culturas do saber para as próximas décadas”. Nessa lógica, Mignolo (2005, p. 37-38) declara que a ideia de mundo moderno/colonial formou-se “da complexa

6 No original: A primera vista, parece haber un desajuste entre el tema de la modernidad y la relación imperial/colonial. Un concepto se refiere al tiempo (el moderno) mientras que el otro se refiere al espacio (expansionismo y control de la tierra). Parecía que la modernidad estaría involucrada en la colonización europea del tiempo, es decir, en la creación de las etapas de la historia que llevaron al advenimiento de la modernidad en el territorio europeo. Sin embargo, los vínculos entre la modernidad y Europa en los discursos dominantes de la modernidad no pueden dejar de referirse a la ubicación geopolítica. Lo que hace el concepto de modernidad es ocultar ingeniosamente el significado de la espacialidad para la producción de este discurso. Por este motivo, aquellos que adoptaron un discurso de la modernidad tienden muchas veces a adoptar una perspectiva universal que descarta el significado de ubicación geopolítica. El escape del legado de la colonización y la dependencia son proporcionados por muchos por la modernidad, como si la modernidad como tal no hubiera estado intrínsecamente vinculada a la experiencia colonial.

7 No original: Si la colonialidad es constitutiva de la modernidad, en el sentido de que no puede haber modernidad sin colonialidad, entonces la retórica de la modernidad y la lógica de la colonialidad son también dos caras de la misma moneda.

articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias”, ou mesmo nas palavras de Giddens (1991), a modernidade exclui os “outros”.

A lógica da colonialidade, assim sendo, gera um desconforto e um sentimento de repúdio para quem a estuda, e isso vai dar força ao pensamento decolonial. Ou seja, definiremos decolonialidade, segundo Mignolo (2007b, p. 27, tradução nossa)⁸, como “[...] a energia que não se deixa administrar pela lógica da colonialidade, nem se crê nos contos de fadas da retórica da modernidade”. Desse modo, tendo a colonialidade como lado invisível do colonialismo e da modernidade, abordaremos então a esfera da colonialidade do ser e do saber – formada pela relação da lógica da colonialidade e o discurso da modernidade que irá conformar os saberes dos próximos séculos (MIGNOLO, 2004, 2010).

3 Colonialidade do Ser e do Saber

Dando continuidade ao raciocínio decolonial, abordaremos a colonialidade do ser e do saber através da imposição dos conhecimentos das potências colonizadoras aos colonizados, moldando os sujeitos. Nesse quesito, consideramos a geopolítica do conhecimento articulada ao cenário linguístico na medida que a hegemonia das linguagens das grandes potências coloniais contribuirá na formação dos seres e saberes dos colonizados. A seguir, utilizaremos a corrente teórica pós-colonial no estudo da defesa do discurso multilíngue das Nações Unidas (ONU), embora haja a predominância das línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental na condução da organização. Por fim, argumentamos sobre a necessidade do reconhecimento da colonialidade do saber e da formação de novas epistemologias de pensamento, conceituadas por Mignolo como *delinking* (MIGNOLO, 2007a).

A colonialidade caracteriza-se, desde a Era das Navegações, pela crença na superioridade da ciência, do saber, da cultura e das línguas ocidentais, e a crítica a toda forma de conhecimento que não seja produzida pela mesma matriz das línguas europeias. A colonialidade mostra, dessa forma, o lado escondido da então chamada “modernidade”, e deixa evidente que quem possui o poder de representar, possui também o poder de definir e determinar a identidade (MIGNOLO, 2004).

⁸ No original: [...] la energía que no se deja manejar por la lógica de la colonialidad, ni se cree los cuentos de hadas de la retórica de la modernidad.

Devido a essa dominação europeia, que aos poucos se instalou nas Américas e, mais tarde, em outros continentes, representada pelo seu enorme poderio econômico, cultural e territorial, forma-se a nomenclatura colonialidade do poder. Sobre esse conceito, Quijano (2002) contribui afirmando que o conhecimento é considerado superior quando a região onde o saber foi produzido for dominante e predominantemente de população branca. Sob essa ótica, entende-se que a colonialidade do poder é um modelo de poder moderno que conecta o controle do trabalho, a formação racial, o Estado e a produção de conhecimento (QUIJANO, 2002).

Nessa linha de raciocínio, a colonialidade do poder, segundo Mignolo (2004, p. 676-677) é “o poder e o conhecimento que permitem classificar e dominar o resto da humanidade”. Portanto, a colonialidade do saber provém da colonialidade do poder. Assim, para explicar a colonialidade do saber, Maldonado Torres esclarece que: “[...] a colonialidade do saber refere-se ao rol da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento colonial [...]” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130, tradução nossa).⁹

Devido à influência do colonizador no saber produzido em suas antigas colônias, mesmo após a quebra de vínculo, as ex-colônias continuam adotando um padrão eurocêntrico na sua produção em razão de centenas de anos de duro cerceamento e controle cultural metropolitano. Não obstante, foi implantado de maneira lenta e gradual, ao longo de centenas de anos, que o conhecimento do velho continente sempre foi superior aos demais. E somente tal conhecimento permitia a formação de hipóteses válidas – uma vez que muitas informações produzidas fora do eixo do poder eram desconsideradas, ou simplesmente compradas e reescritas aos moldes do conhecimento colonizador. Atos como esses contribuem para uma perda de informação catatônica para o mundo, visto que o que ocorre é um grande processo de homogeneização, não permitindo a pluriversalidade da produção científica (MIGNOLO, 2004).

Como há o controle em todos os sentidos das classes julgadas como inferiores quando comparadas à europeia, também passa a ser estudado a colonialidade do ser – que ocorre quando alguns seres se impõem sobre outros. Essa colonialidade surge, segundo Nelson Maldonado-Torres (2008), no transcorrer de conversas

⁹ No original: “[...] la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales [...]”.

de estudiosos latino-americanos e estadunidenses. Na concepção de Mignolo, portanto, “a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser”¹⁰ (MIGNOLO, 2004, p. 669). Assim, Maldonado-Torres auxilia na definição de colonialidade do ser a partir da premissa de que há controle sobre os seres através da tradição e senso comum. Por isso, “a colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 96).

Através da ideia da superioridade do conhecimento das potências colonizadoras, desde o período colonial, estas impõem seus saberes, consequentemente influenciando os seres externos a elas. Essa colonialidade do ser e do saber exercidas pelas potências hegemônicas refletem na valorização de certos conhecimentos em detrimento de outros, pois o conhecimento “está localizado numa geo-política do conhecimento imperial epistêmico [...]” (MIGNOLO, 2004, p. 699) – originando o conceito denominado por Walter Mignolo (2004) como geopolítica do conhecimento.

Em vista disso, a geopolítica do conhecimento é colonizadora e é imposta pela diferença colonial epistêmica da superioridade dos imperialistas em detrimento dos povos conquistados e subjugados. Por esse ângulo, a geopolítica do conhecimento, para Mignolo (2004, p. 681-682), “tem sido enquadrada [...] pela lógica que lhe subjaz: a colonialidade do poder. [...] trata-se da recusa e o repúdio de lógicas e racionalidades estranhas ou perigosas, de modo a sustentar o projecto ascendente da modernidade, através da colonialidade do poder [...]”. Deu-se então a substituição de conhecimentos regionais pelos conhecimentos advindos da metrópole, com o objetivo de, aos poucos, apagar o conhecimento que era visto como inferior (MIGNOLO, 2004).

Portanto, as sociedades coloniais foram enquadradas como países de conhecimento inferior comparado ao produzido na metrópole, em que aquelas tiveram que adaptar-se ao molde dos conhecimentos da civilização europeia, compondo um padrão homogeneizador que foi outorgado a todos os habitantes das regiões ultramarinas. Por essa característica, Mignolo (2004, p. 695) argumenta que a

10 No entanto, em 2010, Mignolo reformula essa proposta, classificando a colonialidade do ser e do saber como uma mesma área, separada da colonialidade do poder.

geopolítica do conhecimento “conduziu à universalidade do espírito humano e da mente humana”.

As áreas para serem exploradas com a geopolítica do conhecimento são diversas, porém analisaremos a geopolítica do conhecimento no cenário linguístico. Sobre essa pauta, é indiscutível que uma das principais formas de influenciar a população ocorre através da língua, pois nela encontram-se todos os artifícios necessários para que o locutor convença o ouvinte/leitor de sua maneira de pensar (MIGNOLO, 2004).

Sob essa perspectiva, Mignolo (2004) relaciona o ser com a linguagem com o objetivo de evidenciar a influência da língua na formação do ser. Portanto, a hegemonia linguística das grandes potências será decisiva para a formação do ser colonizado, já que a linguagem determina a identidade e o conhecimento da sociedade que a compõe – consequentemente moldando os sujeitos (MIGNOLO, 2004). Essa ideia é desenvolvida por Mignolo ao abordar a atuação da língua, como cultura e sabedoria, capaz de controlar o indivíduo.

A ‘ciência’ (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da língua; as línguas não são meros fenômenos “culturais” em que os povos encontram a sua “identidade”; são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. E, uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são, a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser (MIGNOLO, 2004, p. 669).

As línguas epistêmicas hegemônicas, como molde para o controle das sociedades subordinadas a elas, se apropriam do “conceito moderno de conhecimento e de ciência”, que nega quaisquer conhecimentos ou “línguas vernáculas não ocidentais e [não] coloniais e nas suas origens [não] clássicas (grego e latim)” (MIGNOLO, 2004, p. 670). Assim, definiremos as “línguas epistêmicas dominantes (francês, alemão e o inglês)” como aquelas línguas do poder, as quais estão relacionadas “desde o século XVI, com a expansão imperial” (MIGNOLO, 2004, p. 669).

Por isso, Mignolo (2004, p. 668-669) afirma que, a partir do século XVI, vigora a “crença na superioridade” do saber ocidental e a “duvidosa racionalidade do conhecimento em línguas que não sejam o grego e o latim ou as suas versões vernáculas (italiano, espanhol, português, francês, alemão e inglês), isto é, as línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental”. Nessa linha de pensamento, Walter

Mignolo menciona que não há possibilidades de sequer cogitar a utilização de línguas não dominantes – aquelas que “provenham de bengali, de aymara, do árabe, do russo, do bambara, etc.” (MIGNOLO, 2006b, p. 13, tradução nossa)¹¹ – porque estão condenadas ao fracasso. Ou, como ele mesmo reafirma no fragmento de seu livro: as outras ‘línguas não modernas’ foram “reduzidas a silêncio pelo pensamento hegemônico [...]” (MIGNOLO, 2006b, p. 26, tradução nossa).¹²

E dentre os vários resquícios do colonialismo, o “neoimperialismo” colocado por Yves Lacoste (2005) é o que continua fortemente enraizado na sociedade atual, pois através da fala e das ações ocorrem a dominação e o silenciamento das antigas colônias. Assunto que é analisado também dentro dos cenários das Relações Internacionais, “o discurso como forma de poder” (PEREIRA, 2015, p. 7), pela força que ele exerce em quem o escuta. Desse modo, para uma análise de Relações Internacionais, utilizar-se-á a corrente teórica pós-colonial¹³ representada pela autora Gayatri Chakravorty Spivak¹⁴, que se preocupa “em produzir um discurso crítico que procura influenciar e alterar a forma como lemos e apreendemos o mundo contemporâneo” (LANDRY; MACLEAN, 1996, p. 11 *apud* SPIVAK, 2014, p. 9).

De acordo com Spivak em “Pode o subalterno falar?”, “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico” (SPIVAK, 2014, p. 14). Isto é, a autora “[...] refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um(a) outro(a)” (SPIVAK, 2014, p. 16). Portanto, agindo dessa forma, colabora para reproduzir as estruturas de poder e opressão, fazendo com que o subalterno permaneça sem voz. Isso se daria pela falta de um lugar para que ele pudesse expressar sua posição e ser escutado (SPIVAK, 2014).

11 No original: provienen del bengalí, del aymara, del árabe, del ruso, del bambara, etc.

12 No original: reducidas al silencio por el pensamiento hegemónico [...].

13 Apesar de estarmos abordando sobre decolonialidade, o pós-colonialismo influenciou muito a corrente decolonial. A corrente pós-colonial foi pouco explorada em Relações Internacionais, a qual se preocupa em dar voz ao subalterno (CARVALHO; ROSEVICS, 2017).

14 Embora não seja uma autora latino-americana, e sim indiana, faz parte dos autores(as) do Sul global. Spivak alia as abordagens teóricas do “feminismo contemporâneo, [d]o pós-colonialismo e, mais recentemente, [d]as teorias do multiculturalismo e da globalização” (SPIVAK, 2014, p. 11). O termo subalterno, para Spivak, é descrito como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2006, p. 20 *apud* SPIVAK, 2014, p. 13-14).

Por isso, “a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a)” (SPIVAK, 2014, p. 16). Portanto, em conformidade com Spivak (2014), não se deve falar pelo subalterno, mas sim trabalhar contra a subalternidade, conformando espaços de articulação do subalterno a fim deste ser ouvido. Ou seja, necessita-se de uma política de construção de uma infraestrutura para que os subalternos falem e possam ser ouvidos, e que uma breve declaração de apenas torná-los perceptíveis não seja suficiente (SPIVAK, 2014).

Através da corrente teórica do pós-colonialismo sob a influência da autora Spivak, realizaremos uma análise do sistema das Nações Unidas a partir da suposta defesa do discurso de multilinguismo em função do teor internacionalista e da diretriz universal da organização. Assim, o discurso da ONU de multilinguismo é de fato legitimado por toda a sociedade internacional de países¹⁵, seja pelos países colonizados ou pelos países colonizadores – caracterizando a organização como uma entidade que fala pelos subalternos, visto que os representam por meio de suas línguas (TERRA; SOUSA; GARCIA, 2016).

A ONU nasceu por decisão dos Estados nacionais em função da consciência dos efeitos de seu poder destrutivo, já que vivenciavam guerras e destruições no século XX que não representavam seus interesses (CARNEIRO, 2016). Alguns propósitos da ONU são representados pela manutenção da paz e da segurança internacionais; a adoção do multilinguismo; a realização da cooperação internacional para resolver problemas políticos, sociais, econômicos e culturais; e a formação de relações amistosas entre as nações (BUGIATO, 2016).

Portanto, o nascimento da ONU está ligado à crise da civilização ocidental, sendo esta pautada na “consolidação dos estados nacionais, da expansão colonial, do capitalismo e da industrialização” (CARNEIRO, 2016, p. 81). Dessa forma, as modernas técnicas industriais e as novas possibilidades de intervenção na natureza, oriundas da racionalidade moderna, produziram uma destruição alarmante. Consequentemente, surge a necessidade de um mecanismo de banimento jurídico da guerra e de proteção da paz e segurança internacionais por parte das grandes

¹⁵ Sociedade internacional (conceito de Relações Internacionais) é o conjunto de sujeitos internacionais/países em convivência global, relacionando-se e compartilhando interesses comuns através da cooperação (BASTOS, 2019).

potências, sendo esta realizada pelo órgão da ONU chamado Conselho de Segurança (CS) (CARNEIRO, 2016).

Esse Conselho proporciona o direito universal de proteção aos seres humanos além do marco de abrangência dos Estados nacionais, uma organização multilateral de prevenção a novos holocaustos, e o direcionamento dos avanços industriais para o bem-estar da humanidade (CARNEIRO, 2016). O CS, de um total de quinze Estados, integra cinco países permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido), que são os Estados de maior capacidade militar daqueles vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, além de dez países não permanentes por um período de dois anos. O consentimento de todos os membros permanentes é essencial para aprovar qualquer decisão do CS (BUGIATO, 2016).

Outro órgão da organização é a Assembleia Geral, onde todos os Estados membros são representados com direito a um voto. As tomadas de decisões são dadas pela maioria, com exceção aos temas de segurança e paz, finanças e entrada de novos membros, que precisam de uma maioria de dois terços (BUGIATO, 2016). A Corte Internacional de Justiça (CIJ) é o principal órgão judiciário da ONU, sendo composta por quinze juízes com mandatos de nove anos e sem o poder de veto. Apenas os Estados têm acesso à CIJ, a qual impõe suas sentenças aos países. Por fim, há o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que coordena programas da ONU e recomenda o tratamento de problemas econômicos, sociais, culturais, educacionais, de saúde e de direitos humanos. É composto por 54 membros eleitos pela Assembleia Geral com mandato de três anos e as decisões são feitas pela maioria dos votantes (BUGIATO, 2016).

O CS é considerado o órgão que mais reflete a distribuição de poder assimétrica do sistema internacional, visto que não compreende a igualdade de voto, devido ao direito de voto e de veto dos membros permanentes, e que as resoluções são impostas aos Estados relacionados. Se de um lado, esse modelo decisório é essencial para formar as decisões do Conselho, por outro, politiza demasiadamente as decisões do órgão, que relativiza as determinações (MARCONI, 2016). Portanto, a exigência de unanimidade na aceitação de projetos dentro do CS pelos membros permanentes (poder do veto), compreende a premissa de que as ações do órgão devem respeitar as decisões dessas cinco potências de modo a

evitar desentendimentos que levem a possíveis guerras. Nesse sentido, surgem propostas de reorganização das atividades do CS, que foram se multiplicando e sofrendo fragmentações, deixando de apenas requerer a extensão do poder de veto a outros Estados. Por isso, há algumas propostas de adicionar outros idiomas como linguagens oficiais da ONU, como por exemplo a proposta da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2016, de adicionar o português às línguas oficiais da organização. Contudo, isso pode levar algum tempo para se concretizar (MARCONI, 2016).

Outros intentos de reforma do CS deram-se pelo grupo de países em desenvolvimento L69 com membros como Índia, Brasil, África do Sul, Jamaica e Nigéria. Propunham a formação de seis novas cadeiras permanentes (compostas por Alemanha, Brasil, Índia, Japão e mais dois países africanos) e uma não permanente para um pequeno país em desenvolvimento (MARCONI, 2016). Além disso, em 2004, forma-se um relatório com dois modelos de reforma do CS: o modelo A, que presumia seis novos países permanentes sem o poder de veto e três novos membros não permanentes em um período de dois anos, e o modelo B, que formava uma nova categoria de membros do CS com oito vagas de mandatos de quatro anos renováveis. Essa reforma não impactaria na estabilidade decisória porque nenhuma das propostas aumentava o número de países com poder de veto (MARCONI, 2016).

As Nações Unidas abrangem seis línguas oficiais (inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe) e duas línguas de trabalho (inglês e francês), sendo idiomas majoritariamente de países colonizadores, conformando a predominância das línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental sobre as demais (TERRA; SOUSA; GARCIA, 2016). Estas linguagens organizam a produção do conhecimento, detêm vantagens comunicativas¹⁶ e conformam um processo de padronização dos seres e saberes dos países colonizados. Isso configura-se como o parâmetro de que as línguas influenciam na colonialidade do poder, visto que tais linguagens vernáculas coloniais impõem os saberes e moldam os seres externos às potências colonizadoras. Por isso, adotam somente o conhecimento imperial epistêmico

¹⁶ Essas vantagens comunicativas advêm do próprio uso da língua. Mesmo que populações de países colonizados tenham conhecimento das línguas oficiais, o fato de suas línguas nativas não serem recebidas institucionalmente limita a expressão de seu ser e também sua percepção de mundo, componentes importantes para a conformação de uma epistemologia (MIGNOLO, 2004).

e rejeitam as racionalidades perigosas ou estranhas no sustento do projeto da modernidade por meio da colonialidade do poder (MIGNOLO, 2004). Assim, com a escolha de línguas oficiais e de trabalho, a ONU exclui diferentes nações que a instituição deveria representar – visto que as questões linguísticas podem estar facilmente relacionadas ao poder político, econômico e militar (TERRA; SOUSA; GARCIA, 2016).

Em relação ao exposto, compreende-se que o colonizado/subalterno está limitado a uma estrutura de poder e opressão por estar imbricado nas formas dominantes de conhecimento/política/discurso das estruturas linguísticas da ONU. Isso deve-se ao fato de que, na prática, o multilinguismo pregado pelas Nações Unidas são apenas declarações, na medida que não há uma infraestrutura linguística adequada para que o subalterno possa falar e ser ouvido, de maneira que o represente, e que não favoreça de forma mais acentuada os países colonizadores graças ao seu domínio das línguas oficiais e de trabalho (TERRA; SOUSA; GARCIA, 2016; SPIVAK, 2014).

Como forma de criar uma infraestrutura para que o sujeito colonizado/subalterno possa falar e ser ouvido(a), “não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e [...] ser ouvido” (SPIVAK, 2014, p. 16-17). Em conformidade com a teoria pós-colonial, Mignolo (2007a) afirma a necessidade de reconhecer a colonialidade de saber/conhecimento e formar novas epistemologias com pluri-versalidade a fim de se caracterizar como uma alternativa ao colonialismo de pensamento, formando o conceito de *delinking*. Por isso, o *delinking*, isto é, a desvinculação da retórica da modernidade sob a lógica da colonialidade, pressupõe avançar para uma geopolítica de conhecimento que denuncia a pretensão universal de uma determinada etnia, “[...] localizada em uma parte específica do planeta (geopolítica), que é, a Europa onde o capitalismo se acumulou como consequência do colonialismo” (MIGNOLO, 2007a, p. 453, tradução nossa)¹⁷.

O *delinking* conforma uma tentativa de formar uma ressignificação, releitura e atualização das racionalidades do projeto da modernidade, ou em outras palavras, significa uma mudança epistêmica decolonial levando à outra universalidade

17 No original: [...] located in a specific part of the planet (geo-politics), that is, Europe where capitalism accumulated as a consequence of colonialism.

(MIGNOLO, 2007a). Assim, esse conceito de Mignolo leva à “[...] mudança epistêmica decolonial e traz para o primeiro plano outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e compreensão e, consequentemente, outras economias, outras políticas, outras éticas” (MIGNOLO, 2007a, p. 453, tradução nossa).¹⁸

Portanto, “a descolonização do conhecimento requer o *delinking* do modelo eurocêntrico de produção de conhecimento e o dismantelamento radical das hierarquias existentes entre os diferentes conhecimentos” (STOJNIC, 2017, p. 105, tradução nossa)¹⁹. Necessita-se de “outros conhecimentos” e a libertação dos saberes ocidentais com a remoção da matriz colonial de poder nos campos da economia, da política e da epistemologia – na medida que a decolonialidade promove a mudança na geopolítica do conhecimento, levando à pluriversalidade epistêmica. Em suma, o projeto *delinking* compreende a decolonização do paradigma moderno/colonial hegemônico com a pluriversalidade como projeto universal a fim de contribuir na igualdade dos conhecimentos diversos (MIGNOLO, 2007a).

Reforçamos a ideia do projeto decolonial de *delinking* nas Nações Unidas, de modo a formular um novo projeto epistêmico próprio e de reconhecer a colonialidade do ser e do saber sofridas pelos países colonizados, visto que as suas linguagens são depreciadas pela organização em contraposição a um favorecimento dos idiomas imperiais/coloniais (MIGNOLO, 2007a). Isto nos leva à premissa pós-colonial de criar espaços para que o subalterno possa se expressar, a fim de se sobrepor às estruturas de poder e opressão impostas pelas limitações das linguagens exercidas pelas Nações Unidas (SPIVAK, 2014). Finalmente, nota-se que, em ambas correntes teóricas, as linguagens são postas como um instrumento de poder, no qual o indivíduo que não domina as línguas hegemônicas, sob o exemplo da ONU, se encontra em dificuldade de entendimento das informações e transmissão de seus pensamentos, encontrando-se em uma estrutura de poder e opressão de sua expressividade, subjetividade e compreensão. Ademais, fortalece-se o predomínio das línguas dominantes sobre as demais, característica do conceito da geopolítica do conhecimento, que engloba a colonialidade do ser e do saber, de modo que a

18 No original: [...] de-colonial epistemic shift and brings to the foreground other epistemologies, other principles of knowledge and understanding and, consequently, other economy, other politics, other ethics.

19 No original: Decolonising knowledge requires delinking form Eurocentric model of knowledge production and radical dismantling the existing hierarchies among different knowledge.

linguagem compõe os conhecimentos e seres inerentes a ela e é capaz de determinar a identidade e saber dos sujeitos externos por ela influenciados.

4 Considerações Finais

Foi apresentado, assim, o marco teórico da decolonialidade epistêmica a partir da questão da colonialidade do ser e do saber sob a perspectiva de autores latino-americanos. Em seguida, vimos a diferença entre colonialidade e colonialismo até a composição do binômio modernidade-colonialidade. Tendo esses já explicados, foram abordadas as três colonialidades (do poder, do saber e do ser). Por meio da colonialidade do ser e do saber, abordamos a geopolítica do conhecimento – sob a perspectiva linguística – e seu papel no controle do ser e saber das regiões suburbanas.

Finalmente, foram exemplificados os temas mencionados com o caso da ONU, por meio da teoria pós-colonial. Desse modo, a suposta defesa do discurso de multilinguismo da organização, devido ao seu teor internacionalista e a sua diretriz universal, encontra-se legitimada por toda a sociedade internacional de países – caracterizando o organismo internacional como uma entidade que fala pelos subalternos (SPIVAK, 2014). Contudo, na prática, o multilinguismo pregado pelas Nações Unidas são apenas declarações, visto que não há infraestrutura para que o subalterno possa falar e ser ouvido, já que a utilização das línguas oficiais e de trabalho manejam a organização da ONU, representando e beneficiando somente os países colonizadores (MIGNOLO, 2004; SPIVAK, 2014).

As seis línguas oficiais (inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe) e as duas línguas de trabalho (inglês e francês) da ONU compõem o predomínio das línguas vernáculas coloniais da modernidade ocidental sobre as demais. Assim, os países majoritariamente colonizadores realizam a produção do conhecimento, detêm vantagens comunicativas e conformam um processo de padronização dos seres e saberes dos países colonizados. Portanto, as línguas influenciam na colonialidade do poder, pois as línguas epistêmicas hegemônicas impõem saberes e moldam os seres conforme os conhecimentos imperiais epistêmicos, ocorrendo a rejeição das racionalidades perigosas ou estranhas ao projeto da modernidade por meio da colonialidade do poder (MIGNOLO, 2004).

Deve-se cada vez mais incentivar e difundir a produção periférica com o intuito de construir o conhecimento em conformidade com as realidades e necessidades locais. Para tanto, é necessário haver espaços para o subalterno falar e ser ouvido – segundo o conceito de *delinking* de Mignolo –, em que se deve reconhecer a colonialidade e formar novas epistemologias (MIGNOLO, 2007a).

Coloniality of Being and Knowledge: Geopolitics of Knowledge and Analysis of the UN System

Abstract: This article aims to present epistemic decoloniality based on the concept of the coloniality of being and knowledge through the premises of Latin American thinkers. Based on the modernity-coloniality binomial, in which the idea of modernity is related to the epistemic subjugation, we will approach the concept of the geopolitics of knowledge. Thus, emphasis will be placed on the influence that languages can have on the construction of being and knowledge. Still, the postcolonial theory is used for an analysis of the United Nations (UN) system, in which their official and working languages shape and benefit the countries that dominate them. Therefore, epistemic decolonization becomes necessary through the reframing of the said – concept of *delinking*.

Keywords: Modernity. Coloniality. Epistemic Decoloniality. United Nations. *Delinking*.

Referências

BASTOS, Felipe de A. Direito Internacional Público e a Sociedade Internacional: características e a relação com o direito interno. Características e a relação com o Direito Interno. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://feliipebastos.jusbrasil.com.br/artigos/336916824/direito-internacional-publico-e-a-sociedade-internacional#:~:text=Sociedade%20Internacional%20%C3%A9%20o%20conjunto,o%20que%20demanda%20certa%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o.&text=Denota%20se%20que%20a%20Sociedade,se%20confunde%20com%20Comunidade%20Internacional>. Acesso em: 20 out. 2019.

BUGIATO, Caio. Uma Breve Apresentação da Organização das Nações Unidas. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (orgs.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 173-189. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/01/A_ONU_aos_70.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

CARNEIRO, Wellington Pereira. A Relevância do Surgimento da ONU para as Relações Internacionais. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (orgs.). **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 49-86. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/01/A_ONU_aos_70.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017. Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/11/do-pos-colonial-decolonialidade.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 17 out. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

LACOSTE, Yves. Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês. *In*: LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, K. (orgs.). **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 7-11. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/lacoste.pdf. Acesso em: 23 out. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, mar. 2008. Disponível em: <http://>

www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/MALDONADO-TORRES-Topologia-do-Ser.pdf. Acesso em: 19 out. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La topología del ser y la geopolítica del saber. Modernidad, imperio, colonialidad. *In*: MIGNOLO, Walter; SCHIWY, Freya; MALDONADO-TORRES, Nelson (orgs.). **Des-colonialidad del ser y del saber**: (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 63-130.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

MARCONI, Cláudia A. O Conselho de Segurança da ONU e os impasses quanto à reforma: dos obstáculos institucionais à falta de coesão do pleito dos emergentes. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski; RAMINA, Larissa (orgs.). **A ONU aos 70**: contribuições, desafios e perspectivas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. p. 215-243. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/01/A_ONU_aos_70.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 33-49. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 17 out. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Delinking. **Cultural Studies**, Online, v. 21, n. 2, p. 449-514, abr. 2007a. Disponível em: http://waltermignolo.com/wp-content/uploads/2013/03/WMignolo_Delinking.pdf. Acesso em: 01 ago. 2019.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com>.

com/2013/04/mignolo-walter-desobediencia-epist3a9mica-buenos-aires-e-diciones-del-signo-2010.pdf. Acesso em: 20 out. 2017.

MIGNOLO, Walter. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. *In*: MIGNOLO, Walter; SCHIWY, Freya; MALDONADO-TORRES, Nelson (orgs.). **Des-colonialidad del ser y del saber**: (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia. Buenos Aires: Del Signo, 2006a, p. 11-23.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: Un manifiesto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007b. p. 25-46. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastro-gomez.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

MIGNOLO, Walter. La descolonización del ser y del saber. *In*: MIGNOLO, Walter; SCHIWY, Freya; MALDONADO-TORRES, Nelson (orgs.). **Des-colonialidad del ser y del saber**: (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia. Buenos Aires: Del Signo, 2006b. p. 25-30.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-707. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4577896/mod_resource/content/1/MIGNOLO%20-%202004%20-%20Os%20esplendores%20e%20as%20mis%C3%A9rias%20da%20ci%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

PEREIRA, Matheus Gomes. **O esperanto como alternativa ao imperialismo linguístico do inglês no sistema ONU**. Orientadora: Manuella Riane Azevedo Donato. 2015. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Relações Internacionais, Associação Caruaruense de Ensino Superior, Caruaru, 2015. Disponível em: <https://document.onl/documents/o-esperanto-como-alternativa-ao-imperialismo-esperanto-como-um-papel-predominante.html>. Acesso em: 23 out. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Online, v. 17, n. 37, p. 4-28, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF. Acesso em: 15 set. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. Disponível em: http://wisley.net/ufrj/wp-content/uploads/2015/03/images_pdf_files_Pode_o_subalterno_falar-Spivak.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

STOJNIC, Aneta. Power, Knowledge, and Epistemic Delinking. **AM Journal of Art and Media Studies**, Belgrado, v. 14, p. 105-111, out. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320449456_Power_Knowledge_and_Epistemic_Delinking. Acesso em: 01 ago. 2019.

TERRA, Marcos; SOUSA, Lucília Abrahão e; GARCIA, Dantielli. A Organização das Nações Unidas e suas Línguas: um discurso da exclusão?. **Entremeios: Revista de Estudos do Discurso**, Online, v. 12, n. 12, p. 11-25, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/307.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.